

RECIBO DE REGISTO DE ACREDITAÇÃO DA AÇÃO

ACREDITAÇÃO DA AÇÃO

INFORMAÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

Entidade formadora (nome): CFAE Braga Sul

Concelho: Braga

Telefone: 253611277

Email: cfbragasul@gmail.com

Registo da acreditação da entidade formadora: CCPFC/ENT-AE-1493/23

Designação da Ação: Direitos e de deveres dos assistentes operacionais no exercício de funções públicas

Área de formação: Gestão e administração escolar

Domínio da formação: Organização dos serviços

Modalidade: Curso

Duração (nº de horas): 15

Objetivos a atingir: Promover a capacitação, em termos legais, do pessoal não docente para responder às exigências das suas atribuições e missões.

Desenvolver capacidades reflexivas e críticas que conduzam a comportamentos e atitudes ajustados à interação em diferentes contextos e com diferentes públicos.

Ampliar a eficiência, a eficácia e a qualidade do serviço público prestado aos cidadãos.

Dinamizar uma cultura de responsabilidade disciplinar, civil e criminal, a fim de melhorar o desempenho profissional.

Conhecer as suas garantias e os seus deveres, enquanto trabalhador em funções públicas.

Potenciar o ajustamento legal de comportamentos e de atitudes no exercício de funções públicas.

Prevenir a prática de infrações disciplinares e de crimes no exercício de funções públicas.

Conteúdos: Contrato de trabalho em funções públicas

Incompatibilidades e impedimentos

Autorização para acumulação de funções

Garantias do trabalhador.

Deveres do empregador público.

Deveres do trabalhador:

- O dever de prossecução do interesse público;

- O dever de isenção;

- O dever de imparcialidade;

- O dever de informação;

- O dever de zelo;

- O dever de obediência;

- O dever de lealdade;

- O dever de correção;

- O dever de assiduidade;

- O dever de pontualidade.

Poder de direção do empregador público.

Poder disciplinar do empregador público.

O conceito de funcionário para o direito penal.

Responsabilidade disciplinar, civil e criminal dos trabalhadores em funções públicas.

Crimes praticados no exercício de funções públicas:

- O crime de corrupção;
- O crime de peculato;
- O crime de abuso de autoridade;
- O crime de violação de segredo;
- O crime de abandono de funções.

Tipo de formação: Presencial

Bibliografia fundamental: Andrade, J. C. V. (2007). O dever de fundamentação expressa de actos administrativos. Coimbra: Almedina.

Dias, J. F. Oliveira, F. P. (2005). Noções fundamentais de direito administrativo. Coimbra: Almedina.

Moura, P. V. (2009). Estatuto disciplinar dos trabalhadores da administração pública. Coimbra: Coimbra Editora.

Neves, A. F. (2007). O direito disciplinar da função pública. (Tese de Doutoramento não editada, Faculdade de Direito). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Oliveira, A. C. (2010). Órgãos administrativos no código do procedimento administrativo. Cadernos de Justiça Administrativa, 1 (82), 12-22.

ENQUADRAMENTO

Em função do plano de atividades: No exercício de funções públicas, o respeito pelas normas legais em vigor, que balizam as relações laborais, é cada vez mais uma exigência num Estado de Direito. Neste sentido, assume especial relevância a formação contínua ministrada pelos Centros de Formação ao pessoal não docente, potenciando a valorização dos recursos humanos e o cumprimento de obrigações profissionais, prevenindo desconformidades legais e melhorando a qualidade global do serviço público prestado aos cidadãos.

As escolas, como modernas organizações públicas, bem como os seus trabalhadores, deverão pautar a sua missão pelo respeito das normas legais, o que implica a sistemática capacitação e valorização dos seus recursos humanos, no âmbito do quadro normativo em vigor.

O conhecimento, por parte dos trabalhadores, dos seus direitos e dos seus deveres reduz a prática de infrações disciplinares e de crimes no exercício de funções públicas, além de tornar as organizações mais eficientes.

Em função dos destinatários: Com a presente ação de formação pretende-se proporcionar ao pessoal não docente, a obtenção de competências fundamentais ao nível do conhecimento dos seus direitos e dos seus deveres, perante o empregador público, a fim de se conseguir um melhor desempenho das funções profissionais. O conhecimento dos crimes que poderão ser cometidos no exercício de funções públicas irá contribuir para a prevenção da sua prática. Deste modo, no final da formação, os formandos deverão:

Conhecer as suas garantias laborais, no quadro do exercício de funções públicas.

Reconhecer os seus direitos e as suas obrigações face ao empregador público.

Prevenir eventual desajustamento comportamental no exercício de funções públicas.

Conseguir identificar factos passíveis de constituírem crimes cometidos no exercício de funções públicas.

Compreender a relevância da prestação de serviço público de elevada qualidade.

REGIME DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS

Avaliação quantitativa:



Avaliação qualitativa:



PONDERAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Ponderação participação: 30

Ponderação assiduidade: 10

Ponderação testes/trabalhos escritos: 60

AVALIAÇÃO DA AÇÃO

- Questionário a preencher pelos formandos para avaliar a ação:
- Questionário a preencher pelos formadores para avaliar a ação:
- Relatório final da entidade formadora:
- Relatório final do formador:

DESTINATÁRIOS

- | | | | |
|---|--------------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| Técnico Superior - Psicólogo: | <input type="checkbox"/> | Técnico Superior - Outro: | <input type="checkbox"/> |
| Chefe de serviços de administração escolar: | <input type="checkbox"/> | Coordenador Técnico: | <input type="checkbox"/> |
| Assistente Técnico: | <input type="checkbox"/> | Assistente Operacional: | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Encarregado Operacional: | <input type="checkbox"/> | Outra (Qual?): | <input type="checkbox"/> |

ACREDITAÇÃO PARA OUTRA ENTIDADE

Ac creditação para outra entidade: Não

INFORMAÇÃO DO FORMADOR

Nº de utilizador: 261375

Nome: João Carlos Moreira Luís

Formador certificado na área/domínio da ação de formação: Sim

CCPFC (nº de registo da acreditação): CCPFC/RFO-33999/13